



## Texto síntese – Roda de Diálogo SNEA 17

Fernando Schneider<sup>1</sup> e Fabrício Zanelli<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Biólogo, Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural e Doutorando em Agroecologia (Universidade de Antioquia/Colômbia). E-mail: [gaiarecicla@gmail.com](mailto:gaiarecicla@gmail.com); <sup>2</sup> Professor da UFV, mestre em Educação (UFV). E-mail: [fabricao.zanelli@gmail.com](mailto:fabricao.zanelli@gmail.com)

*“Desaprender oito horas por dia ensina os princípios”*  
(Manoel de Barros)

*“Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes.”*  
(Paulo Freire)

Floresce no território brasileiro, desde os anos 50, uma ampla diversidade de experiências, vivências, aprendizados e práticas educativas relacionadas aos sistemas agroecológicos, que comprovam que é possível extrapolar os espaços de ensino e aprendizagem além da monotonia das salas de aula e do ambiente estéril dos laboratórios das instituições de ensino; tendo como espaços pedagógicos os agroecossistemas<sup>1</sup> e os sistemas naturais próximos ou distantes as unidades escolares.

Reconhecendo a importância dessas diversas experiências nos mais variados contextos sociais e biomas desse nosso extenso território, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), e seus colaboradores, através do Grupo de Trabalho de Educação em Agroecologia, têm encampado o desafio de sistematizar, discutir, animar e socializar a diversidade de experiências de Educação em Agroecologia formais coletadas em todo o Brasil.

A ABA-Agroecologia, através deste GT, busca promover espaços de convergência com a meta de balizar a discussão com a confecção dos princípios e diretrizes para a Educação em Agroecologia, como o ocorrido no I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (SNEA) em 2013. Processo dinâmico de reflexão, revisão, divergências e convergências que estão sendo ampliados, revistos e consolidados com a realização do II SNEA em 2016.

Para isto, duas ações são fundamentais: A primeira delas é o estabelecimento de um espaço que congregue os diferentes atores (Educador@s, Agricultor@s, Educand@s, Pesquisador@s e

---

<sup>1</sup> Reconhecendo as dimensões: social, econômica, cultural, ambiental e política associado ao agroecossistemas. Para maiores detalhes vide: GLIESSMAN, 2009.



Extensionistas) que forjam a Educação em Agroecologia no Brasil afora, criando possibilidades e espaços para que estes sujeitos socializem, a partir de seu contexto social, econômico, cultural e ambiental, as práticas pedagógicas em Agroecologia desenvolvidas em seus territórios.

A segunda ação consiste em aproveitar o rico momento dos espaços de intercâmbio entre as experiências que, através das Instalações Artístico-pedagógicas, foram socializadas nas Rodas de Diálogo, que permitiram tecer aprendizados individuais e coletivos que contribuirão para a realização de futuros trabalhos, sejam eles de docência, de extensão ou de pesquisa. Com a missão de facilitar as ações anteriormente anunciadas, buscaremos inicialmente apresentar a coletânea de dez artigos que compõem um acervo de quase duas centenas de trabalhos enviados ao II SNEA. Para colaborar com a elaboração dos trabalhos e a Roda de Diálogos sugerimos aos interlocutores estar sempre atentos aos princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia (SNEA, 2013), sendo eles:

- O princípio da vida: que assegura que todas as formas de vida devem ser respeitadas, e podem ser educativas quando analisadas com cautela e integradas à natureza que as circunda. O princípio da vida que denuncia as consequências nefastas do modelo de produção do agronegócio como: a erosão genética; extinção de espécies animais e vegetais; contaminações de cursos de água e lençóis freáticos; expulsão das populações tradicionais de seus territórios ancestrais e os assassinatos de lideranças camponesas, indígenas e sindicais. Este mesmo princípio é o que anuncia a necessidade de outra maneira de se relacionar com a natureza, valorizando as relações entre os seres vivos e respeitando e buscando garantir as diferentes formas de vida.

- O princípio da diversidade: Toma frente a tendência à homogeneização das sociedades humanas, a qual a monoculturas nos campos de cultivo estão sendo empregadas como “monoculturas das mentes” nas escolas e universidades, erodindo a diversidade biológica e de saberes (SHIVA, 2003). Em contraponto a diversidade é anunciada como constituinte das sociedades humanas, como responsável para garantir a estabilidade e resiliência dos agroecossistemas e dos sistemas socioecológicos (HOLLING, 1973; TOLEDO, 2015), que garantem diversidade biocultural e a soberania e segurança alimentar e nutricional de milhares de pessoas.



- O princípio da complexidade: O paradigma da modernidade, ao propor a simplificação e fragmentação dos objetos de pesquisa não foi capaz de dar respostas a grande parte dos problemas da humanidade, como a fome (MORIN, 2000; CAPRA, 1996). De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) o planeta já passa de 1.7 bilhões de famintos. Por isto, a urgência de operar o vínculo entre as partes e a totalidade, e de desenvolver um modo de conhecimento que consiga apreender os objetos em sua conexão, sua complexidade. Nesta perspectiva há a necessidade de colocar em prática o pluralismo epistemológico e metodológico.

- O princípio da transformação: Reconhecemos que as práticas de Educação em Agroecologia não acontecem em um vazio social e ou desprovidas de intencionalidade. Paulo Freire (1987) nos assegurava que o ato educativo não é neutro, e que o educador deve assumir seu compromisso com o povo, com a redução das desigualdades, com a justiça social e contra todas as formas de opressão, exclusão e ações que atente contra a vida.

O movimento de contestação ao modelo de agricultura engendrada pela Revolução Verde provocou reações na sociedade, que começaram ainda na década de 1970 com o movimento “Agricultura Alternativa” e hoje se consolidam em diversas organizações frentes de contestação que têm como bandeira de luta a agricultura de base ecológica e a Agroecologia (CHABOUSSOU, 1987; LUTZENBERGER, 1990; PRIMAVESI, 2002; SHIVA, 2003; GLIESSMAM, 2009; ALTIERI, 1998; 2001).

A pseudo-sustentabilidade engendrada para a manutenção da agricultura industrial e da economia capitalista só é possível graças ao sistema neoliberal, o qual está ancorado a uma balança comercial sempre desfavorável aos países periféricos em relação aos países centrais. A relação centro periferia é o que permite sustentar seus processos de desenvolvimento econômico e acúmulo de suas riquezas (FURTADO, 2000; PÁDUA, 2000).

Neste sentido, a análise de Fernandes (2006) nos parece bastante assertiva, visto que este autor afirma que existem concepções diferentes no campo brasileiro. Dividindo o setor em duas frentes, o responsável pela produção de alimentos e dos de especulação sobre os alimentos transformados em *commodities*.



O processo histórico deste embate é reconhecido e abordado explicitamente em 70% dos artigos que compõem esta síntese, e 40% deles reconhecem e fazem menções as políticas públicas de fortalecimento da Agricultura Familiar via o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e outras políticas, em oposição às políticas voltadas ao agronegócio.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) também são apontados como símbolos de políticas públicas conquistadas, especialmente por terem sido fruto de ampla mobilização dos movimentos sociais, sindicais rurais e pesquisadores (VILLAR et al, 2014). Todavia, essas conquistas, dentre outras efetivadas, são resultantes da participação social nos fóruns, conferências e de pressão exercida pelos movimentos sociais do campo e da cidade sobre o governo federal.

Com o golpe arquitetado pela burguesia nacional, a bancada ruralista, a bancada evangélica, os demais membros dos partidos de direita, juntamente com o apoio da grande mídia brasileira, deflagraram o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. O resultado foi um cenário obscuro para agricultura familiar, a agroecologia e as minorias. O atual presidente Michel Temer impõe uma transformação radical na condução do Estado brasileiro, em que a economia e a geopolítica são reordenadas por um grupo restrito de conglomerados econômicos que ditam as regras de um estado mínimo e que fortalece a relações comerciais, econômicas e políticas do centro sobre a periferia.

As políticas públicas para a agricultura familiar, para os quilombolas, indígenas e para a educação do campo sofrem um verdadeiro desmonte. Ganha força o padrão de desenvolvimento moldado pela exploração dos recursos naturais, biológicos (matéria prima), energéticos e da força de trabalho dos países periféricos aos países centro. A relação comercial e política que, associada a uma balança comercial historicamente desfavorável, foi e continua sendo à grande mola precursora estabelecida pelos mercados dos países desenvolvidos para sustentar seus processos de desenvolvimento econômico e acúmulo de capital. (FURTADO, 2000; PÁDUA, 2000).

A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) compromete as ações, atividades e as políticas públicas de incentivo e financiamento com foco na promoção da Ciência & Tecnologia orientados em fomentar a agricultura familiar e as dimensões de ensino, pesquisa e extensão a partir da Agroecologia.



Para se ter uma ideia, a extinção do MDA teve impacto direto nas atividades de fortalecimento da Agroecologia e comprometeu o refinanciamento de mais de 628 projetos que estavam sendo desenvolvidos por 151 instituições de ensino, pesquisa e extensão que agregavam mais de 458 instituições parceiras, tendo impacto direto sobre trabalhos científicos e atividades de extensão rural que envolvem mais de uma centena de Agricultor@s, Pesquisad@s, Educador@s e Educand@s. No período de 2004 a 2013, o MDA/SAF, investiu o montante de R\$ 66.874.319,40 no fomento de projetos de extensão, ensino e pesquisa (SILVA, 2015).

No Ministério da Educação, constata-se o processo de desmonte coordenado por Deputados e Senadores conservadores que tem gerado fortes ataques à educação brasileira e também ao planejamento de gasto dos recursos públicos, tendo como pano de fundo à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 55/2016). Esta PEC congelará os gastos públicos por 20 anos, e com isto freará o processo de expansão do ensino superior no Brasil, além de afetar o desenvolvimento científico e tecnológico do país. E a reboque, trás o Projeto de Lei da Escola Sem Partido (PL 193/2016) e; a Medida Provisória que reforma o Ensino Médio (MP 746/2016), ambos extremamente criticados pelos pesquisadores da educação. Mas qual a relação das denúncias anteriormente apresentadas e o texto síntese com o II SNEA?

Primeiramente é denunciar o retrocesso nas políticas públicas conquistadas nos últimos 20 anos para a Agricultura Familiar, de Educação e de Ciência e Tecnologia. E, o segundo, foi de provocar os participantes da Roda de Diálogo sobre o atual contexto político e os avanços e retrocessos sobre o ensino e aprendizagem da Educação em Agroecologia.

Lembrando-se que para Wezel *et al.* (2009), em um de seus textos atuais sobre a Agroecologia, o autor afirma que a Agroecologia possui três dimensões essenciais: Movimento, Ciência e Prática. Corroborando com estas dimensões da Agroecologia, Irene Cardoso é contundente em afirmar:

que enquanto Ciência, [a Agroecologia] é o estudo dos sistemas alimentares, e enquanto movimento, contribui para que haja as transformações necessárias na agricultura brasileira, hegemônica atualmente pelo agronegócio. Este se baseia, nas tecnologias da Revolução Verde, sendo extremamente dependente de insumos externos produzidos pelas empresas, em sistema de monocultura, e



que gera graves consequências sociais, ambientais e econômicas. A agroecologia busca alternativas para esse modelo. A base dela é uma relação de parceria com a natureza. É a busca na natureza da produção dos insumos necessários para a produção agrícola. Assim, a base da produção agrícola é a qualidade do solo e da água e a biodiversidade. Em síntese, isso seria a agroecologia, onde você tem um componente científico, mas articulado com a prática dos agricultores, de forma que esses dois conhecimentos se interagem para buscar essas alternativas, ou seja, uma transformação social. É a articulação da prática com o conhecimento científico. No Brasil, historicamente, [a Agroecologia] é feita em movimento, cuja base foi o movimento pela Agricultura Alternativa (CARDOSO, 2015).

O poeta Manoel de Barros nos provoca a desaprender oito horas por dia. De fato, precisamos desaprender para deixar de ser educador@s convencionais, que não rompem a zona de conforto em busca de transformações em nossas práticas educativas, precisamos desaprender a reproduzir a educação bancária; precisamos desaprender a aceitar os currículos e metodologias que já formatadas, precisamos nos desligar da ideia de que não precisamos aprimorar nossas práticas pedagógicas; precisamos desaprender o isolamento acadêmico, devemos estabelecer o diálogo de e entre os saberes, precisamos desaprender a ofertar cursos prontos com currículos pré-definidos aos educand@s; precisamos desaprender a arrogância academicista e criar condições para que o ato educativo aconteça de maneira horizontal, estimulando a inteligência, a participação e a transformação da realidade desigual que nos cerca.

O desafio e necessidade da transposição e intercâmbio de conhecimentos entre as disciplinas (transdisciplinaridade) e áreas de saber são abordados em 80% dos artigos aprovados para publicação. Um dos trabalhos afirma:

Fica claro que a construção coletiva de conhecimento agroecológico com enfoque na gestão de recursos naturais pode ser realizada na articulação entre organizações da sociedade civil e instituições públicas fortalecendo ambientes de rede nos territórios, não criando espaços isolados de formação que não conseguem dialogar com as demandas reais da sociedade. Por outro lado, isso exige um exercício de desprendimento das Instituições públicas para romper com uma visão acadêmica e tecnicista de formação profissional, aspectos bastantes comuns nos Institutos Federais. **(Formar florestal: uma experiência de educação em manejo florestal comunitário na Amazônia. pag.12).**



O desafio de romper o monólogo entre as diversas áreas do saber é claramente explicitado no artigo: **Análise de Indicadores de Sustentabilidade – Experiência de Formação a partir da abordagem sistêmica no Sudeste do Pará**, onde os docentes e discentes se indagaram sobre o processo pedagógico pautado nas experiências práticas, e isto possibilitou olhares diferenciados da realidade estudada, devido à singularidade dos sujeitos envolvidos e nesse grupo de estudo.

A interdisciplinaridade esteve presente neste trabalho, pois foi composto por duas professoras: uma licenciada em Letras e especialista em Estudo da Gramática no Texto e, a outra, licenciada em Química e especialista em Educação Ambiental, além de um Contador e uma Engenheira Agrônoma com especialização em Segurança do Trabalho. As autoras reconheceram durante suas reflexões, o caráter desafiador da interdisciplinaridade, tanto no contexto acadêmico, quanto social, pois identificaram que a Agroecologia pode contribuir como ciência convergente entre as distintas disciplinas e que seus princípios trabalham não apenas o ambiente físico, mas confluem uma sinergia em todo o processo, evidenciando as potencialidades e limites do ser humano, tanto no campo individual quanto no coletivo.

Os demais trabalhos abordam análises sobre a construção de um curso técnico em Agroecologia em diálogo com as comunidades locais; o trabalho de extensionistas em assentamentos e em propriedades da agricultura familiar camponesa; sistematização de um curso de formação em manejo florestal amazônico para comunidades de Unidades de Conservação; um curso estadual de gestão de cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); práticas interdisciplinares de ensino de Agroecologia na pós-graduação; desafios de implementação de práticas agroecológicas em escolas do ensino básico.

A seguir procuraremos sintetizar as principais discussões de cada trabalho, bem como destacar suas contribuições à Educação em Agroecologia no Brasil.

Dois exemplos relacionam-se a cursos técnicos em Agroecologia, ambos em Institutos Federais. A primeira é do curso técnico em Agroecologia do Instituto Federal do Pará, que pretendeu investigar o empoderamento das famílias agricultoras, seus mecanismos de geração de renda; além de identificar a existência de princípios como manejo dos recursos hídricos, manejo agroecológico do solo. O trabalho relata questões preocupantes na comunidade, como a pouca



participação das mulheres e da juventude nos processos decisórios. Entretanto, o ponto mais relevante neste trabalho foi perceber a importância do contato destes estudantes em formação com técnicas de pesquisa e diagnóstico das comunidades.

O questionário é uma destas ferramentas, que certamente abre condições para a formação do tecnólogo em Agroecologia, na medida em que este estabelece um contato com as comunidades, e inicia, aos poucos, a compreensão da necessidade de ouvir as comunidades antes de propor qualquer iniciativa de intervenção. Obviamente reconhecemos que existem outros métodos e ferramentas de diálogo com as comunidades, entretanto os questionários não perdem sua importância.

O segundo trabalho refere-se ao processo de construção coletiva do Curso Técnico de Agroecologia – modalidade PROEJA, do Instituto Federal da Restinga em Porto Alegre-RS. A contextualização do território no qual este *campus* está inserido e dos sujeitos participantes do curso é extremamente interessante. Em primeiro lugar pelo preconceito histórico que recai sobre a população indígena e afrodescendente, na periferia de Porto Alegre, resultante de uma política higienista do Governo do Rio Grande do Sul.

O curso é fruto de um diagnóstico com as comunidades que, por fim, optaram por um curso de Agroecologia, afirmando que a vida começa no alimento. Entre as ações do curso aconteceram seminários temáticos com a presença dos mestres das comunidades camponesas, indígenas e quilombolas. Entre os participantes do curso é destacada a predominância de mulheres. O princípio de promover a sociobiodiversidade fica evidente neste trabalho, quando indígenas e quilombolas são convidados apresentar suas concepções de mundo, de espiritualidade, de vida comunitária e de uso da terra. A presença dos mestres dos saberes populares neste curso é um elemento de grande importância para a educação popular e a promoção da Agroecologia.

Outros dois trabalhos estão relacionados às experiências de extensão rural e abordam a experiências do curso estadual de gestão de cooperativas do Movimento dos Sem Terras - MST-RJ. O curso está alicerçado no método de trabalho da educação popular, nos referenciais da pesquisa e da Pedagogia da Alternância. Dando ênfase no acúmulo histórico do MST em trabalhar com a Pedagogia da Alternância, entre os espaços e tempos educativos diferenciados, conhecidos como Tempos-Escola e Tempo-Comunidade.





Esta prática histórica do MST desde o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) estrutura-se sob o princípio educativo do trabalho, elaborado por Antônio Gramsci, sendo um processo pedagógico que apresenta melhores resultados com educandos dos movimentos de base e filhos da agricultura familiar. O texto explicita a necessidade de formação da classe trabalhadora para enfrentar desafios de gestão dos processos econômicos e, com isto, evidencia a importância da organização social, e nos leva a discutir a importância do trabalho coletivo para além dos mutirões nos roçados.

A segunda experiência relacionada à extensão é a “Formar florestal: uma experiência de educação em manejo florestal comunitário na Amazônia”, que guarda muitas semelhanças com a experiência anterior, pois também se ancora nos referenciais da educação do campo, no uso das alternâncias educativas e na pressão dos movimentos sociais por formação política contra hegemônica. Denuncia a péssima qualidade do sistema educacional que foi subjugado pelas relações entre capital e trabalho, demarcando uma educação de qualidade para os mais ricos e um ensino precarizado e de preparação de mão-de-obra entre os mais pobres. Neste sentido, o curso Formar Florestal busca o empoderamento da classe trabalhadora, especialmente as lideranças de comunidades rurais amazônicas, que vivem em Unidades de Conservação, como as FLONAs, RESEXs e Terras Indígenas.

Estes trabalhos, sistematizados trazem a público e socializam: relatos de vivências, experiências e práticas pedagógicas e didáticas forjadas em diferentes contextos políticos, econômicos, culturais e ambientais nos mais variados cantos do Brasil. E dão voz e escrita a agricultura familiar camponesa, indígena e quilombola que, em cooperação com educadores e educandos, ratificam a sua opção por uma educação dialógica e por uma ciência que também é movimento. Fazem sua opção no caminho de construir o enfoque agroecológico na produção de seus alimentos, da geração de renda e socialização de seus conhecimentos.

Em síntese: todos os trabalhos aqui apresentados e seus atores, assim como nos diversos relatos extraídos dos participantes das Rodas de Diálogo ratificam a urgente necessidade de romper com as bases científicas, econômicas, políticas e ideológicas que animam a Revolução Verde e romper com o paradigma cartesiano. Assim como é emergencial práticas educativas e pedagógicas



que rompam com a educação bancária e que abordem em seus conteúdos os temas gênero e geração.

Compreendemos que a Educação em Agroecologia deva se realizar em todos os níveis, da educação infantil aos programas de pós-graduação, deixando a marginalidade e adquirindo o mesmo *status* que outros cursos de Ciências Agrárias e Humanas. Para tanto, as atividades de extensão, ensino e pesquisa precisam ser conduzidas na dialogicidade e não na hierarquização de saberes, e na busca de soluções em elementos, recursos e insumos presentes no território. É necessário também romper a miopia entre o urbano e o rural, compreendê-los como territórios em constante relação.

As instalações pedagógicas acontecidas durante as Rodas de Diálogo foram espaços de convergência que permitiram aos facilitadores conhecer @s autor@s dos artigos aqui relatados, o que foi inovador e prazeroso. Rompeu-se a racionalidade do sujeito que aplica a análise sobre o objeto, e possibilitando esclarecer dúvidas, problematizar os trabalhos e obter maiores detalhes sobre as experiências sistematizadas por quem as vive e por quem a visita.

Enquanto instrumentos de apresentação dos trabalhos, as Instalações Artístico-pedagógicas proporcionaram “vida” aos textos, além de estimular a auto-organização dos participantes e o diálogo entre os textos apresentados. A cada rodada de visitas, a instalação pedagógica adquiria nova dinâmica na produção e circulação de conhecimentos, fazendo daquele espaço educativo um processo dinâmico em mutação, nos desafiando a cada momento. Como disse uma das visitantes de nossa Roda de Diálogos: *“Visitar e interagir nas instalações é “Palavra Viva” é “Curar a Ignorância”*.

## **Bibliografia**

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro. PTA/FASE, 1998.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARDOSO, Irene M. **Qual agricultura, questiona presidente da ABA**. Entrevista à Revista Esquerda Petista. Disponível em: <http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/?p=2175>. Acessado em 21/10/2015.



- CHABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose**. Porto Alegre, LP&M, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico – estrutural**. 3º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- GLIESSAMAN, STEPHEN R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4ª ed. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2009.
- HOLLING, C. S. Resilience and stability of ecological systems. **Annual Review of Ecology and Systematics**, v.4, p.1-23, 1973.
- LUTZENBERGER, José. **Gaia: o planeta vivo (por um caminho suave)**. Porto Alegre: Editora L&PM, 1990.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 1ªed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- PÁDUA, José Augusto. **Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário**. Cadernos de Debates, n. 6. Rio de Janeiro, FASE, 2000.
- PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo, Editora Nobel, 2002.
- SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaia, 2003.
- SILVA, Hur Ben *et al.* **Pesquisa e extensão para a agricultura familiar: no âmbito da política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília, DF, Secretária de Agricultura Familiar – Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.
- SNEA. **I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia: Construindo Princípios e Diretrizes**. Recife: UFPE. 2013. 16p
- TOLEDO, Victor. M. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo, Expressão Popular, 2015.
- VILLAR, J. P.; CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A.; DAL SOGLIO, F. K. **Os caminhos da Agroecologia no Brasil**. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos. **Agroecologia: Princípios e reflexões conceituais**; EMBRAPA, Brasília - DF, 2013. p. 37-72.
- WEZEL, S.; BELLON, T.; DOR'E, C. **Agroecology as a science, a movement and a practice. A review**. *Agronomy for Sustainable Development*, 2009.